



(ANC) P11

Consenso ou caos *ANC*

Hélio Jaguaribe

O Brasil se defronta, presentemente, com a superposição de uma aguda crise conjuntural sobre uma grave crise estrutural.

A crise conjuntural apresenta dois aspectos predominantes: o de uma acelerada estagflação e o de uma ampla perda de credibilidade do governo. A estagflação conduziu a uma inflação mensal da ordem de 20% e a um desemprego, na economia formal, que passou de 28% em 1986 a, estimadamente, 30% para o corrente ano. O profundo descrédito do governo, por seu lado, reduz-lhe extremamente a capacidade de manobra, privando-o da possibilidade de usar determinados instrumentos e de suscitar expectativas favoráveis.

A crise estrutural apresenta também dois aspectos predominantes: a interrupção dos investimentos infra-estruturais e básicos, desde o governo Geisel e uma extrema deterioração das condições sociais do país. Ambas essas crises, se não forem apropriadamente controladas, tendem, no curto e no médio prazos, respectivamente, a adquirir caráter explosivo.

Uma inflação galopante, no presente quadro de estagnação, facilmente escapa do controle, gerando condições intoleráveis pela falta de correspondência entre os salários e o custo de vida, privando as massas do atendimento mínimo de suas necessidades vitais. A falta de credibilidade do governo, denegando-lhe o emprego das medidas de caráter mais radical requeridas para o controle da inflação e privando-o de suscitar expectativas favoráveis, ainda quando corretas as providências que adote, torna praticamente impossível, sem a intervenção de outras mediações, o controle da inflação. Donde o risco de que ocorra, no curso deste ano, uma acumulação de greves paralisadoras dos serviços públicos, assaltos a supermercados e outras formas de anomia, que precipitem o país no caos social. Um caos do qual tenderá a só poder emergir mediante uma ampla intervenção militar.

Por seu lado, a interrupção dos investimentos infra-estruturais, desde o final do governo Geisel,

conduziu ao esgotamento da capacidade de sustentação de nossa infra-estrutura econômica — em energia elétrica, em telecomunicações, no sistema de transportes e outros setores —, levando, atualmente, a uma séria deterioração dessa infra-estrutura, que paralisará a capacidade de expansão do sistema produtivo e, aceleradamente, conduzirá a seu retrocesso. Concomitantemente, a crise social, cujas raízes mergulham nas origens de nossa sociedade, adquiriu, com a rápida urbanização dos últimos anos, características de alta-tensão. Se prontamente não se programarem as necessárias medidas corretivas e se lhes não der início de execução já a partir de 1989 deixará de ser possível, dentro de apenas alguns anos, o processamento democrático dos conflitos sociais brasileiros.

Em tal caso, tenderá a se instaurar uma situação de violência social e de desobediência civil, que mergulhará o país em caótica situação de ingovernabilidade. Uma ingovernabilidade para a superação da qual tenderá a surgir um autoritarismo de extrema direita, gerando um neofascismo de tipo sul-africano, em que o *apartheid* de raça — impossível num país mestiço — se converterá em um *apartheid* de classe. Ou um autoritarismo de extrema esquerda, gerando um social-populismo primitivo, de tipo etíope, que destruirá os aspectos modernos e civilizados da sociedade brasileira.

Esses dois riscos de caos, a curto e a médio prazos, não são o produto de nenhum pessimismo mórbido ou alarmismo retórico. Tais riscos decorrem, necessariamente, da presente situação brasileira, como o reconhecem todos os que a analisam de forma objetiva e lúcida.

Essa perspectiva impõe, ao país, uma pronta e radical mudança dos termos em que se está travando o debate político. Este, com efeito, se está centrando numa confrontação entre os que querem reduzir, na Constituinte, a quatro anos o mandato do presidente Sarney e os que lhe querem assegurar os cinco a que aspira. Não é de subestimar-se a importância desse debate, em que se defrontam superiores razões, fundadas em princípios de legitimida-

de e do bem público, com avassaladores interesses, que já demonstraram o peso de que dispõem. Ocorre, apenas, que esse debate não leva em conta o fato de que nem a pronta convocação de eleições diretas, por um lado, nem, por outro lado, a outorga, pela Constituinte, de um mais longo mandato ao atual presidente evitam, por si, a perspectiva de caos, precedentemente referida.

Com efeito, nada é mais fútil e patético do que se ver os situacionistas, manipulando todo o poder da máquina do Estado, empenhados em conquistar cinco anos para o mandato do presidente Sarney, quando, se não se alterar a marcha das coisas, ele se arrisca de não dispor nem de cinco meses. E nada é mais vão do que aspirar a eleições diretas, em novembro próximo, se previamente não forem asseguradas as condições que preservem a ordem civil do país.

Num tal estado de coisas impõe-se, com absoluta urgência, um consenso básico, entre as lideranças brasileiras, no sentido de assegurar, acima de tudo, a preservação da ordem civil. Encontramos numa situação análoga à que ocorreria, em termos mundiais, se um gigantesco asteróide ameaçasse colidir com a Terra. Confrontadas com tal ameaça, as superpotências teriam de pôr em segundo plano seus conflitos, para reunir sua capacidade balístico-nuclear num comum esforço de destruir o asteróide, a tempo de evitar a colisão. No caso brasileiro, dois asteróides se precipitam sobre o país: o da perda de controle da inflação, que ameaça atingir-nos ainda este ano e o da perda de controle da crise social, que ameaça alcançar-nos em princípios da próxima década. Para evitar esse duplo e intolerável risco, é necessário um consenso básico, entre as principais forças políticas e sociais do país, de sorte a permitir a pronta adoção de medidas eficazes: um plano de emergência para controle de inflação — muito mais amplo e radical que as modestas medidas anunciadas pelo governo — e um grande programa de desenvolvimento econômico e social.

Hélio Jaguaribe, cientista político, é decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais

17 MAI 1988

JORNAL DO BRASIL